



POLÍTICAS PARA O PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PROTEÇÃO DE DADOS

Um programa de governança em proteção de dados de sucesso requer a definição de regras e procedimentos capazes de garantir o cumprimento das obrigações trazidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ([Lei nº 13.709/2018 - LGPD](#)) e demonstrar o compromisso da empresa perante titulares, parceiros comerciais e autoridades.

A depender do modelo de negócio da empresa, medidas específicas podem ser necessárias ou recomendadas, mas o checklist abaixo apresenta algumas políticas importantes para a criação de um programa de governança em proteção de dados.



Política de Privacidade

Documento de perfil externo, destinado a informar os titulares com quem a empresa se relacionada sobre: **(i)** finalidades de tratamento de dados; **(ii)** direitos dos titulares e forma de exercício; **(iii)** práticas de segurança da informação adotadas; **(iv)** hipóteses de compartilhamento dos dados; **(v)** duração das atividades de tratamento, entre outros temas. A Política de Privacidade deve ser disponibilizada em local visível e de fácil acesso, com linguagem simples.



Política de Cookies

Política normalmente aplicável a sites, aplicativos e softwares, com informações sobre o uso de cookies e/ou tecnologias similares, e que esclarece aos titulares como tais tecnologias são usadas para atividades envolvendo dados pessoais. Essa política deve seguir os mesmos requisitos aplicáveis à Política de Privacidade, mas com enfoque específico.



Política de Segurança da Informação

Política que estabelece as estratégias e parâmetros adotados para proteger os ativos de informação e os dados pessoais tratados nas atividades da empresa.



Política de Resposta a Incidentes de Segurança

Documento que estabelece as regras, funções e responsabilidades para a gestão de situações de incidentes de segurança, incluindo procedimentos específicos que devem ser adotados em casos de ocorrência ou mera suspeita de um incidente. Essa política deve, inclusive, prever procedimentos para avaliar e realizar notificações a titulares e à ANPD, conforme o caso.



Política de Privacidade de Recursos Humanos

Política semelhante à Política de Privacidade, mas com perfil interno, voltada aos colaboradores da empresa, e que tem o objetivo de esclarecer como os respectivos dados pessoais são usados pela empresa para manutenção da relação de trabalho.



Política para Contratação de Fornecedores

Documento que define procedimentos de análise, seleção, contratação e monitoramento de fornecedores que tratarão dados pessoais em decorrência da relação com a empresa. Os procedimentos previstos devem permitir uma avaliação do nível de maturidade do programa de governança em proteção de dados do fornecedor.



Política de Exercício de Direitos dos Titulares

Política que estabelece os canais de comunicação, equipes responsáveis, fluxos internos e procedimentos para recebimento, registro e atendimento de requisições de exercício de direitos apresentadas por titulares de dados pessoais.



Política de Retenção e Descarte de Dados

Política que estabelece as diretrizes para definição do prazo de retenção de dados pessoais, incluindo fundamentos legais aplicáveis, além dos procedimentos que devem ser adotados para descarte dos dados após o encerramento do período de retenção.



Política de Governança em Proteção de Dados

Documento que consolida as práticas e procedimentos da empresa relacionados ao tema de proteção de dados, definindo as diretrizes que devem ser seguidas em todas as atividades que envolvam dados pessoais. Este documento pode incluir a definição de situações que demandam a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD/DPIA) e de teste de balanceamento do legítimo interesse (TLI/LIA), além de outras ferramentas utilizadas para identificar e avaliar riscos nas atividades da empresa.